

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Reuniões de Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 5 – ERRATA**



ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/3/2017

Às 15h18min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Glaycon Franco, Thiago Cota, Dilzon Melo e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dilzon Melo, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser aprovada por se tratar da primeira reunião dessa comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registram-se as candidaturas dos deputados Glaycon Franco para presidente e Thiago Cota para vice-presidente. Após votação nominal, cada um por sua vez, foram eleitos para presidente e vice-presidente, respectivamente, os deputados Glaycon Franco e Thiago Cota. O presidente *ad hoc* proclama o resultado da eleição e declara empossado como presidente o deputado Glaycon Franco, a quem passa a direção dos trabalhos. O presidente agradece a confiança nele depositada e empossa o vice-presidente, deputado Thiago Cota. Ouvidas as sugestões dos membros, a presidência fixa as reuniões ordinárias da comissão para as quartas-feiras, às 10 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de março de 2017.

Glaycon Franco, presidente – Dilzon Melo – Marília Campos – Geraldo Pimenta.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/3/2017

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Dirceu Ribeiro e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado João Magalhães. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão e, a seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra.

Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (9/3/2017); do Sr. Caio Barros Cordeiro, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (8/12/2016 e 27/1/2017); e do Prof. Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães, reitor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Campus Coração Eucarístico (10/1/2017). A presidente comunica a redistribuição das seguintes proposições, em virtude da nova composição da Comissão, aos relatores mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 166, 278, e 3.592/2015, no 1º turno, e 3.848/2016, em turno único (deputada Celise Laviola); Projetos de Lei nºs 770 e 1.272/2015, no 1º turno (deputado Dirceu Ribeiro); Projetos de Lei nºs 1.600/2015, no 1º turno, e 2.067 e 2.763/2015, em turno único (deputada Ione Pinheiro); Projetos de Lei nºs 1.997 e 2.911/2015, no 1º turno (deputado João Vítor Xavier); Projetos de Lei nºs 341 e 771, no 1º turno, e 1.688/2015, em turno único (deputado Thiago Cota); e Projeto de Lei nº 2.882/2015, no 1º turno (deputada Celise Laviola e deputado Thiago Cota, relator parcial). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.167, 6.183, 6.215, 6.216/2016 e 6.399 e 6.459/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.551/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação do programa Poupança Jovem e o repasse para os alunos do Município de Governador Valadares que concluíram o 3º ano do ensino médio;

nº 7.556/2017, do deputado Cássio Soares, em que requer seja realizado debate público sobre os avanços e os desafios da Uemg em decorrência das recentes reformas e da ampliação do alcance, das instalações e do corpo acadêmico dessa instituição, em especial diante das estadualizações determinadas recentemente pela legislação;

nº 7.559/2017, dos deputados Felipe Attiê, Dalmo Ribeiro Silva e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para implantar o ensino médio técnico na Escola Estadual Helena Aparecida, no Município de Lagoa da Prata, com vistas a assegurar aos jovens a conclusão da educação básica e a possibilitar a sua inserção no mercado de trabalho;

nº 7.561/2017, dos deputados Felipe Attiê, Dalmo Ribeiro Silva e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para manter as escolas estaduais de educação especial em funcionamento na rede estadual de ensino, as quais cumprem plenamente a função de garantir ao aluno com deficiência o direito ao atendimento educacional especializado assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

nº 7.564/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Dalmo Ribeiro Silva, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para possibilitar à Escola Estadual Padre Pascoal Beraldo, em Monte Santo de Minas, abrir novas matrículas na educação especial para atender os alunos com deficiência desse município e dos municípios vizinhos;

nº 7.565/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com os alunos agraciados com a medalha de ouro na 12ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – Obmep;

nº 7.566/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizado debate público sobre as propostas para reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem –, apresentadas pelo Ministério da Educação, resultantes de consulta pública formulada pelo Inep;

nº 7.567/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos designados da Secretaria de Estado de Educação – SEE;

nº 7.568/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Contagem para debater o programa Comunidade Educadora, premiado pela Unesco, tendo em vista sua grande repercussão;

nº 7.569/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para conceder novo prazo para a escolha da opção remuneratória por parte de servidor inativo com direito ao título declaratório de apostilamento no cargo de provimento em comissão de diretor de escola, exercido até 29/2/2014, que o tenha adquirido anteriormente à vigência da Lei nº 14.683, de 30/7/2003, no sentido de poder optar pelo recebimento do provento do cargo em que foi apostilado ou pelo recebimento do provento do cargo efetivo acrescido da parcela de 50% do provento do cargo em que foi apostilado;

nº 7.570/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a interdição da Escola Municipal Elza de Oliveira Saraiva, localizada na Região Central do Município de Juatuba, em face do comprometimento da estrutura física do prédio dessa instituição;

nº 7.571/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância do Câmpus Inconfidentes do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, para o desenvolvimento da região ao longo dos quase 100 anos de sua existência;

nº 7.572/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular no Bairro Petrolândia, na divisa dos Municípios de Betim e Contagem, para debater propostas de políticas públicas que viabilizem o acesso e a permanência da população imigrante nas redes municipal e estadual de educação.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2017.

Celise Laviola, presidente – Ione Pinheiro – Dirceu Ribeiro.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/3/2017

Às 16h18min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Gilberto Abramo, Antônio Jorge e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e comunica que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registram-se as candidaturas do deputado Gilberto Abramo para presidente e da deputada Marília Campos para vice-presidente. Após votação nominal, cada um por sua vez, são eleitos para presidente e vice-presidente, respectivamente, o deputado Gilberto Abramo e a deputada Marília Campos, por unanimidade. O presidente *ad hoc* proclama o resultado da eleição e declara empossado como presidente o deputado Gilberto Abramo, a quem passa a direção dos trabalhos. O presidente agradece os votos e a confiança nele depositados e declara empossada como vice-presidente a deputada Marília Campos. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – Marília Campos – Dalmo Ribeiro Silva – Antônio Jorge – Tadeu Martins Leite.

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/3/2017**

Às 9h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Fábio Cherem, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* encaminhados pelo Fale com a Assembleia: anônimo, pedindo providências com relação à morte de João Marcos Maximiliano Silva no Presídio Professor Jacy de Assis, em Uberlândia; da Sra. Cássia Soares Pereira, pleiteando a nomeação dos médicos legistas aprovados como excedentes no concurso público da Polícia Civil, Edital nº 2013/1; e dos Srs. Tayson Campos de Souza, relatando o aumento da insegurança e o baixo número de policiais no Município de Itaipé; Carlos (2), questionando sobre a realização de concurso público, em 2017, para os cargos de agente penitenciário e agente socioeducativo, o quantitativo de vagas e o cronograma de provas, bem como sobre a exigência de curso superior nos concursos públicos para soldado da PMMG e sobre a possibilidade de aumento da idade limite máxima para ingresso nesse cargo; Alfred Eustáquio Ferreira, requerendo o agendamento de audiência pública desta comissão para debater ilegalidades praticadas pelo CMT do 13º BPM; e ofícios do Sr. Bruno Tasca Cabral, chefe de gabinete da Polícia Civil, informando, em resposta ao Requerimento nº 5.808/2016, a inclusão de viatura para a delegacia de Itaguara planejamento da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças da Polícia Civil, e, em resposta aos Requerimentos nºs 5.210 e 5.213/2016, a realização, em 30/11/2016, de operação conjunta das Polícias Civil e Militar em Nepomuceno, incluindo o distrito de Santo Antônio do Cruzeiro, o despacho ou arquivamento de mais de 1.000 Reds desde a assunção da autoridade policial na Delegacia de Nepomuceno, em 2/10/2016, o início do monitoramento de vendas, para crianças e adolescentes, de bebidas alcoólicas e substâncias que causem dependência, e a presença de policiais à paisana nas proximidades dos eventos. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais em 3/2/2017 (13), 4/3/2017 e 16/3/2017; e Yukari Miyata, diretora de transportes da Polícia Civil (3/2/2017); e dos Srs. Caio Barros Cordeiro, subsecretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais em 3/12/2016 (18), 8/12/2016 (7) e 10/1/2017; Luiz Humberto Dutra, presidente da Câmara Municipal de Uberaba (31/12/2016); Rafael de Brito Aquino Soares, superintendente regional da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais (10/1/2017); Bruno Tasca Cabral, chefe de gabinete da Polícia Civil em 10/1/2017 (2), (3/2/2017) e (9/2/2017); e Hebert José Almeida Carneiro, desembargador presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (10/1/2017). O presidente informa a redistribuição da relatoria das seguintes proposições, conforme relatores mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.770 (deputado Cabo Júlio), 3.835 (deputado Fábio Cherem) e 3.847/2016 (deputado João Magalhães), todos em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.908, 4.909, 4.933 a 4.935, 5.009 a 5.011, 5.054 a 5.057, 5.059 a 5.064, 5.098 a 5.100, 5.140, 5.142, 5.144, 5.171, 5.184 a 5.191, 5.303 a 5.306, 5.337 a 5.345, 5.347, 5.348, 5.351 a 5.356, 5.361, 5.362, 5.391 a 5.393, 5.395, 5.396, 5.405, 5.419, 5.420, 5.428 a 5.433, 5.460, 5.463, 5.464, 5.467, 5.468, 5.475 a 5.478, 5.480, 5.483 a 5.485, 5.489 a 5.491, 5.493 a 5.497, 5.508, 5.511 a 5.517, 5.521, 6.303 a 6.306, 6.308, 6.310/2016, 6.359, 6.361 a 6.364, 6.373, 6.381, 6.382, 6.391, 6.398, 6.423, 6.433, 6.438, 6.439, 6.452, 6.453, 6.458, 6.461 a 6.465, 6.474, 6.482, 6.491, 6.497, 6.513, 6.518, 6.536, 6.549 e 6.563/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, e adiada a votação, a requerimento do deputado indicado entre parênteses, registrando-se em todos o voto contrário do deputado Sargento Rodrigues, os seguintes requerimentos:

nº 7.583/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Administração Prisional pedido de providências para adotar no sistema prisional o modelo de transição humanizada do regime de trabalho de agentes por contratos administrativos para o regime de trabalho de agentes aprovados em concursos públicos (deputado Fábio Chereim);

nº 7.584/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para apurar os fatos registrados nos Reds 2016-021447267-001 e 2016-021517950-001, os quais dizem respeito à ocorrência de vários disparos de arma de fogo próximo à residência do Sr. Márcio Rodrigo Higino Procópio, no Município de Braúnas (deputado Fábio Chereim);

nº 7.585/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública no Município de São Lourenço para debater as condições carcerárias locais (deputado João Magalhães);

nº 7.586/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Itajubá para debater as condições carcerárias locais (deputado Paulo Guedes);

nº 7.587/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Três Corações para debater as condições carcerárias locais (deputado Fábio Chereim);

nº 7.588/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Pouso Alegre para debater as condições carcerárias locais (deputado Fábio Chereim);

nº 7.589/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Ouro Fino para debater as condições carcerárias locais (deputado Paulo Guedes);

nº 7.590/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Poços de Caldas para debater as condições carcerárias locais (deputado Paulo Guedes);

nº 7.591/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Andradas para debater as condições carcerárias locais (deputado Paulo Guedes);

nº 7.592/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências para solucionar os problemas decorrentes da falta de vagas para internação de menores infratores no Município de Além Paraíba (deputado Fábio Chereim);

nº 7.593/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e à Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap – pedido de providências para apurar denúncias de irregularidades no presídio de Nanuque (deputado Fábio Chereim);

nº 7.594/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita à penitenciária e ao presídio localizados no Município de Teófilo Otôni para averiguar as denúncias feitas durante a 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/7/2016, sobre supostos atos de perseguição, abuso de poder, assédio moral e improbidade administrativa praticados pelo Sr. Alberto Souto de Almeida, diretor-geral do presídio regional de Teófilo Otôni, e pelo Sr. Ademílson Rodrigues Jardim, diretor-geral da penitenciária do município (deputado Fábio Chereim);

nº 7.595/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Itajubá para debater a segurança pública nesse município e região (deputado Paulo Guedes);

nº 7.596/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para aumentar o efetivo policial no Município de Itaipé, devido ao aumento do índice de criminalidade local (deputado João Magalhães);

nº 7.597/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para garantir o policiamento ostensivo no trecho da Rodovia MG-10 próximo à entrada do Bairro Citrolândia, no Município de Betim, na interligação entre a BR-381 e o Município de Mário Campos, tendo em vista a ocorrência diária de furtos e roubos no local (deputado João Magalhães);

nº 7.598/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap – pedido de providências para determinar a imediata transferência para a penitenciária de Francisco Sá, na região Norte do Estado, dos presos que, durante motim na unidade prisional de Juiz de Fora, arremessaram fezes e urina nos agentes de segurança penitenciários, bem como para realizar as medidas necessárias para que esses detentos passem ao regime disciplinar diferenciado – RDD –, tendo em vista a gravidade dos fatos e a necessária punição (deputado João Magalhães);

nº 7.599/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para garantir o policiamento no entorno da Escola Estadual Joaquim Bartholomeu Pedrosa, localizada no Município de Fervedouro, tendo em vista a ocorrência de inúmeros furtos no local (deputado João Magalhães);

nº 7.600/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para destinar uma viatura com cofre, rádio e giroflex para a Delegacia de Polícia do Município de Guaranésia (deputado João Magalhães);

nº 7.601/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater os casos de explosão de caixas eletrônicos nas agências bancárias nos municípios da região Sul do Estado (deputado Paulo Guedes);

nº 7.602/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública em Três Marias para debater a estruturação da guarda municipal como política de segurança pública estratégica para o município (deputado Paulo Guedes);

nº 7.603/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre o número de boletins de ocorrência registrados e investigados nos anos de 2015 e 2016 na Ceasa e em suas proximidades (deputado Paulo Guedes);

nº 7.604/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre o número de inquéritos concluídos e pendentes nos anos de 2015 e 2016 na Ceasa e em suas proximidades (deputado Fábio Cherem);

nº 7.605/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Corpo de Bombeiros Militar pedido de providências para que sejam destinadas viaturas ao 2º Pelotão BM de Ribeirão das Neves (1º COB/ 2ª Risp Contagem), que há aproximadamente um ano não conta com viatura UR e autobomba (deputado João Magalhães);

nº 7.606/2017, do deputado Geraldo Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater o aumento da violência na Colônia Santa Izabel, localizada no Bairro Citrolândia, em Betim (deputado Fábio Cherem);

nº 7.607/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o suposto ato de perseguição a um agente de segurança penitenciário por parte do Sr. Natanael Santos Caires, diretor do presídio de Nanuque, e solicitar as providências cabíveis (deputado João Magalhães);

nº 7.608/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador de Estado e à Polícia Militar pedido de providências para aumentar o efetivo policial do Município de Borda da Mata (deputado João Magalhães);

nº 7.609/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater as denúncias de suposta ocorrência de atos de improbidade administrativa, assédio moral e perseguição, por parte do Sr. Helder Soares Veloso, diretor-geral da Unidade Prisional de Pirapora, e solicitar as providências necessárias (deputado João Magalhães);

nº 7.610/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater e sugerir melhorias para o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM –, tendo em vista o impacto desse órgão na vida dos militares (deputado João Magalhães);

nº 7.611/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública nas Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. – CesaMinas –, no Município de Contagem, para debater a segurança no seu entorno (deputado Paulo Guedes);

nº 7.612/2017, do deputado Missionário Marcio Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater o aumento da violência e da criminalidade no Município de Machado (deputado Paulo Guedes);

nº 7.613/2017, do deputado Missionário Marcio Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater o alto índice de criminalidade no Município de Nanuque (deputado Paulo Guedes);

nº 7.614/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a segurança pública, a paralisação nas obras do presídio e o baixo efetivo policial no Município de Machado (deputado João Magalhães);

nº 7.615/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a segurança pública no Município de Açucena e região, bem como formas de conter o aumento da criminalidade (deputado João Magalhães);

nº 7.616/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para reativar a Delegacia Seccional de Polícia Civil do Município de Bonfinópolis de Minas, tendo em vista os prejuízos acarretados à população local desde a desativação dessa delegacia (deputado João Magalhães);

nº 7.617/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação enfrentada pelos moradores do Município de Machado, que se tornaram reféns de seus próprios medos diante do aumento do índice de criminalidade nesse município (deputado João Magalhães);

nº 7.618/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater e solicitar as providências necessárias ao atendimento das inúmeras denúncias recebidas com reclamações sobre a desordem que se instalou nas Ruas dos Alcatrazes e dos Estados, localizadas a um quarteirão do Museu da Pampulha, no Bairro Pampulha (deputado João Magalhães);

nº 7.619/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade de ações e as providências possíveis para o combate à atuação criminosa de quadrilhas organizadas que têm amedrontado a população de diversos municípios mineiros, estourando agências bancárias e bancos postais, além de ameaçar a incolumidade pública efetuando disparos com armas de grosso calibre (deputado João Magalhães);

nº 7.620/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Itaobim para debater os ataques que vêm ocorrendo a agências bancárias, lojas de departamento, quartéis da Polícia Militar e viaturas da Polícia Civil, na região do Vale do Jequitinhonha, em especial nos Municípios de Padre Paraíso, Medina, Coronel Murta e Divisa Alegre (deputado João Magalhães);

nº 7.621/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a fiscalização do transporte clandestino de passageiros, tendo em vista o crescimento do número de autuações e a tentativa de impor dificuldades ao controle então realizado (deputado João Magalhães);

nº 7.622/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM – pedido de providências para restabelecer os convênios entre o IPSM e o hospital, as clínicas e os profissionais da área médica do Município de Unaí, ampliar a rede credenciada e atualizar a tabela de remuneração e os valores de procedimentos (deputado João Magalhães);

nº 7.623/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater e buscar as providências cabíveis quanto à suposta ocorrência de crimes, em especial o exercício ilegal da profissão, nos leilões realizados pelo Detran-MG (deputado João Magalhães);

nº 7.624/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita à Central de Escoltas, ao Centro de Remanejamento do Sistema Prisional – Ceresp –, ao Hospital de Toxicômanos Padre Wilson Vale da Costa, à Penitenciária Ariovaldo Campos Pires, ao canil que atende o complexo penitenciário, à Penitenciária José Edson Cavalieri, à Casa do Albergado José de Alencar Rogêdo e ao Centro Socioeducativo, todos localizados no Município de Juiz de Fora (deputado João Magalhães);

nº 7.625/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o aumento do índice de criminalidade no Município de Nova Era, solicitar melhorias na infraestrutura das unidades policiais locais e ampliação do efetivo das Polícias Civil e Militar (deputado João Magalhães);

nº 7.626/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para aumentar o efetivo policial de Jaboticatubas, onde o 35º BPM desempenha o policiamento ostensivo com apenas sete policiais militares, apesar de o município possuir 20 mil habitantes e 3.200km de estradas vicinais (deputado João Magalhães);

nº 7.627/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Instrução Normativa nº 1, de 16/3/2017, do Conselho Superior da Polícia Civil, que orienta os policiais civis quanto aos procedimentos relativos ao Termo Circunstanciado de Ocorrência – TCO –, bem como seja convocado para a audiência o Sr. João Otacilio Silva Neto, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais (deputado João Magalhães);

nº 7.628/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a segurança pública no Município de Santana do Paraíso (deputado João Magalhães).

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir o Sr. Leonardo Pereira Ribeiro, conhecido como Leozão, vereador do Município de Pedro Leopoldo.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente – João Magalhães – Fábio Cherem – Cabo Júlio.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/3/2017

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Roberto Andrade, Fabiano Tolentino, Braulio Braz e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Caio Barros Cordeiro (3), subsecretário da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (3/12/2016) e (27/1/2017); e Anderson Ferreira (3), superintendente de Coordenação e Representação Parlamentar da Companhia Energética de Minas Gerais (9/2/2017). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.844/2016, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Ivair Nogueira. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.365, 6.366, 6.367, 6.368, 6.401 e 6.550/2017.

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 7.629/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a dispensa de cobradores no transporte coletivo no Estado, medida que retira milhares de empregos e coloca em cheque a segurança dos usuários e dos motoristas, que ficam sobrecarregados com a função;

nº 7.630/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a proposta do governo de importar café e seus impactos para os produtores brasileiros;

nº 7.631/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja formulada, com indignação e veemência, manifestação de repúdio à escola Grêmio Recreativo Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense e ao samba-enredo e demais peças publicitárias divulgadas pela referida escola para o desfile de Carnaval de 2017, pois, ao criticar duramente o agronegócio, o grupo mostra total despreparo e ignorância quanto à história brasileira e à realidade econômica e social do País;

nº 7.632/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater os atrasos nas obras da MG-050 e os consequentes transtornos causados aos usuários, ressaltando-se que a concessionária já atua com as cobranças de pedágio em vários trechos;

nº 7.633/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sistema Ocemg pela promoção das cooperativas mineiras, engrandecendo o segmento e gerando renda e oportunidades de trabalho aos mineiros mesmo em um período de recessão que assola todo o País;

nº 7.634/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sicoob Central Crediminas e o Sicoob Central Cecremge pelo patrocínio do Campeonato Mineiro 2017, fomentando o esporte mineiro e mostrando a força do cooperativismo no Estado;

nº 7.635/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estudos Ambientais e Cooperativas – IBPEAC – pelos 10 anos oferecendo serviços especializados em meio ambiente e cooperativismo;

nº 7.637/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos horticultores do Sul do Estado, em especial no que se refere às culturas de morango, batata e brócolis;

nº 7.638/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a licitação para exploração das águas de Caxambu e Cambuquira, que será realizada pela Codemig.

Em seguida, é alterado o dia das reuniões ordinárias para as terças-feiras, às 15 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2017.

Fabiano Tolentino, presidente – Fábio Avelar Oliveira – Ivair Nogueira.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/3/2017

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro e o deputado Dirceu Ribeiro. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de abaixo-assinado da comissão destinada a promover estudos jurídicos

para enfrentar as consequências danosas para ex-efetivados decorrentes da declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 100, em que se solicitam providências relativamente às reivindicações constantes no referido documento. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Caio Barros Cordeiro, subsecretário da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.127/2016, publicado no Diário do Legislativo em 3/12/2016. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado parecer pela rejeição do Projeto de Lei nº 278/2015, em 1º Turno (relatora: deputada Celise Laviola). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Registram-se a saída do deputado Dirceu Ribeiro e a presença do deputado Geraldo Pimenta (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BMM). Em seguida, a presidente faz retirar da pauta o Requerimento nº 6.182/2016, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: nºs 7.551, 7.556, 7.559, 7.561, 7.564, 7.565, 7.566, 7.567, 7.568, 7.569, 7.571, 7.572, e 7.648/2017. Em seguida, são recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 7.652/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater as perspectivas da nomeação de professores do ensino básico, aprovados no concurso de 2014, a possibilidade de prorrogação desse concurso, bem como para realizar um balanço das nomeações efetuadas até o momento;

nº 7.658/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater a pauta de reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras da educação no Estado, que se encontram em greve por tempo indeterminado desde o dia 15/3/2017, bem como os impactos dessa paralisação;

nº 7.661/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a situação do programa Poupança Jovem em cada um dos municípios atendidos, a saber: Esmeraldas, Governador Valadares, Ibitaré, Juiz de Fora, Montes Claros, Pouso Alegre, Ribeirão das Neves, Sabará e Teófilo Otoni.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2017.

Ione Pinheiro, presidente – Marília Campos – Thiago Cota.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/3/2017

Às 16h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Leandro Genaro, Nozinho e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Cláudia Veloso, advogada do Sr. Milton Gama da Silva, vítima de acidente automobilístico no qual ficou tetraplégico e teve uma perna amputada, solicitando apoio no processo judicial já em andamento para conseguir pensão vitalícia para seu cliente. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Vítor Valverde, secretário de governo de Belo Horizonte (22/12/2016), da Sra. Cinara Maria Moreira Liberal, diretora adjunta da Academia de Polícia Civil (31/12/2016), e do Sr. Caio Barros Cordeiro, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (27/1/2017). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.145/2015 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Duarte Bechir,

aprovado pela comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.649/2017, dos deputados Duarte Bechir e Tito Torres em que requerem seja realizada audiência pública para debater a possível violação de direitos da pessoa com deficiência no âmbito do concurso de agente de segurança socioeducativo (Edital Seplag 9/2013);

nº 7.650/2017, dos deputados Duarte Bechir, Tito Torres e Nozinho, em que requerem seja realizada visita ao Instituto São Rafael, em Belo Horizonte, para se conhecerem as instalações, as condições de funcionamento e as intervenções necessárias para melhor atendimento da pessoa com deficiência;

nº 7.654/2017, dos deputados Duarte Bechir, Tito Torres e Nozinho, em que requerem seja realizada visita à Escola Estadual de Ensino Especial Doutor João Moreira Salles, em Belo Horizonte, para se conhecerem as instalações, as condições de funcionamento e as intervenções necessárias para melhor atendimento da pessoa com deficiência;

nº 7.655/2017, dos deputados Duarte Bechir, Tito Torres e Nozinho, em que requerem seja realizada audiência pública para debater e avaliar, com convidados, os resultados da parceria entre as diferentes áreas de atuação do Estado, como educação, saúde e assistência social, e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apaes – em atividade no território mineiro;

nº 7.657/2017, dos deputados Duarte Bechir, Tito Torres e Nozinho, em que requerem seja realizada reunião para ouvir o deputado federal Eduardo Barbosa a respeito dos reflexos da Proposta de Emenda à Constituição nº 287/2017, que trata da reforma da previdência, sobre a pessoa com deficiência;

nº 7.659/2017, dos deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva, Tito Torres e Nozinho, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o tema do Dia Mundial da Síndrome de Down, “Minha Voz, Minha Comunidade”, visto como iniciativa que busca permitir que pessoas com síndrome de Down sejam ouvidas, influenciem políticas e ações governamentais e sejam plenamente incluídas em suas comunidades;

nº 7.660/2017, dos deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva, Tito Torres e Nozinho, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a campanha Síndrome de Down Tem Diretriz, promovida pelo Movimento Down, para divulgar as diretrizes de atenção à saúde da pessoa com síndrome de Down;

nº 7.662/2017, dos deputados Duarte Bechir, Tito Torres e Nozinho, em que requerem seja realizada audiência pública, com convidados, para debater com o Sr. Romerito Costa Nascimento, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, sobre a criação e o funcionamento dos Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Estado;

nº 7.663/2017, dos deputados Duarte Bechir, Tito Torres e Nozinho, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as políticas de atenção à pessoa com transtorno do espectro do autismo – TEA;

nº 7.664/2017, dos deputados Duarte Bechir, Tito Torres e Nozinho, em que requerem sejam ouvidos na reunião de 28/3/2017 os Srs. Maurício Moreira, presidente do Instituto Superação e vice-presidente da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas com Autismo – Abraça --, e Romerito Costa Nascimento, presidente do Conped-MG.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, a requerimento dos deputados Duarte Bechir, Tito Torres e Nozinho, destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes. Foram ouvidos os Srs. Maurício Moreira, presidente do Instituto Superação e vice-presidente da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas com Autismo – Abraça --, e Romerito Costa Nascimento, presidente do Conped-MG, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a

presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2017.

Duarte Bechir, presidente – Arnaldo Silva – Nozinho – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/3/2017

Às 9h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Wilson Batista, Bonifácio Mourão, Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Rodrigo Ferreira de Bastos, promotor de justiça e coordenador regional da macrorregião Sanitária Sudeste, informando que a correição ordinária que se faria nas promotorias daquela região foi cancelada pela Portaria nº 6/2017; vereador Carlito Alves dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Viçosa, solicitando que sejam dispensados esforços na implantação da rede de urgência e emergência naquele município e que seja revista a metodologia de alocação dos recursos do Pro-Hosp 2016, cujo recurso vem sendo definido com base na produção de 2013; e Leonardo José de Lima, solicitando ajuda e providências para averiguar a situação precária do CAPS de Esmeraldas, onde, recentemente, as linhas telefônicas foram cortadas e um dos poucos médicos que ali trabalhava pediu demissão. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Caio Barros Cordeiro, subsecretário da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (27/1/2017); Salomão Michel Abdo, provedor do Hospital Misericórdia de Santos Dumont (17/2/2017); Lisandro Carvalho de Almeida Lima (2), chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Saúde (9/3/2017); Lisandro Carvalho de Almeida Lima, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Saúde (9/3/2017); Marco Fireman, secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (3/2/2017); e das Sras. Virginia K. Vieira (2), subsecretária da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (4/3/2017); Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária municipal de Saúde de Juiz de Fora (11/2/2017); e Josely Ramos Pontes, promotora de Justiça de Defesa da Saúde (3/2/2017). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 18/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Doutor Jean Freire. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.210, 6.378, 6.383, 6.395, 6.525 a 6.527, e 6.529 a 6.531/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.686/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da conscientização e da sensibilização sobre o autismo;

nº 7.687/2017, do deputado Doutor Wilson Batista, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 18/2015, que assegura às mulheres com elevado risco de desenvolver câncer da mama o acesso ao teste de mapeamento genético pelo SUS no âmbito do Estado;

nº 7.685/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o surto de febre amarela na região dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Rio Doce, convidando autoridades da área da saúde do Estado e dos Municípios de Teófilo Otôni, Poté, Ladainha, Franciscópolis, Frei Gaspar, Imbé de Minas, Caratinga, Piedade de Caratinga, Diamantina; anunciada a votação, é apresentada emenda ao Requerimento nº 7.685/2017, de autoria do deputado Bonifácio Mourão,

para que sejam também convidadas autoridades do Município de Governador Valadares e demais regiões do Estado que estejam passando por situação de surto da doença; o Requerimento nº 7.685/2017 passa a ter a seguinte redação:

nº 7.685/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o surto de febre amarela na região dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, convidando autoridades da área de Saúde do Estado e dos municípios de Teófilo Otoni, Poté, Ladainha, Franciscópolis, Frei Gaspar, Imbé de Minas, Caratinga, Piedade de Caratinga, Diamantina, Governador Valadares e de regiões que apresentem surto da doença.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 7.688/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para restabelecer a dispensação dos medicamentos indispensáveis ao tratamento dos pacientes acometidos de hipertensão pulmonar, quais sejam bosentana e citrato de sildenafila, cujo uso deve ser contínuo, sob pena de risco de vida;

nº 7.689/2017, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a criação de uma base operacional do Samu para atender aos Municípios de Mesquita, Joanésia e Braúnas, em caráter de urgência;

nº 7.690/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para implantar urgentemente uma UTI Neonatal e Pediátrica no Hospital de São José, localizado no Município de Ituiutaba;

nº 7.691/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para contratar mais médicos credenciados, tais como urologistas, psiquiatras, ginecologistas e outros, para atender aos usuários do Ipsemg no Município de Conselheiro Lafaiete, acompanhado de cópia do *e-mail* contendo solicitação de cidadão a esse respeito;

nº 7.692/2017, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado, com urgência, à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a efetivação do Samu Regional para o Vale do Aço;

nº 7.693/2017, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a implantação do Samu Regional no Vale do Aço, serviço essencial para a região Leste do Estado;

nº 7.694/2017, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista, Bonifácio Mourão, Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta, em que requerem sejam realizadas audiências públicas nos meses de fevereiro, maio e setembro de 2017 para ouvir a apresentação do relatório detalhado do gestor do SUS no Estado, convidando-se o secretário de Estado de Saúde, em cumprimento ao que determina a Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;

nº 7.695/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater o aumento dos casos de febre amarela no Estado;

nº 7.696/2017, do deputado Geraldo Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do congelamento dos gastos públicos sociais e das reformas da previdência e trabalhista na saúde pública.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2017.

Carlos Pimenta, presidente – Bonifácio Mourão – Doutor Jean Freire.

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/3/2017**

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Celinho do Sinttrocel, André Quintão, Coronel Piccinini e Nozinho, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Marília Campos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (3/2/2017 e 9/3/2017); Lutiana Nacur Lorentz, procuradora Regional do Trabalho da 3ª Região (10/2/2017); Sônia Toledo Gonçalves, procuradora-chefe substituta da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região (16/3/2017); da Sra. Rebeca Breves de Melo Silva e do Sr. Marcos Lourenço Capanema de Almeida, defensores públicos da Defensoria da Infância e Juventude de Contagem (9/3/2017); e dos Srs. Caio Barros Cordeiro, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (3/12/2016 e 27/1/2017); Benedito Adalberto Brunca, secretário de Políticas de Previdência Social (3/2/2017); João Moreira, presidente da Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do Distrito Federal (9/3/2017); e Willis Urbano Taranger, chefe de gabinete do Ministério do Trabalho (23/3/2017). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.478, 3.670, 3.761/2016, todos em turno único (relator: Celinho do Sinttrocel, em virtude de distribuição); 3.616, 3.725, 3.798, 3.803, 3.823 e 3.880/2016, todos em turno único (relator: Celinho do Sinttrocel). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.467, 6.522, 6.553 e 6.609/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.713/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições de trabalho dos garis e a decisão da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego relativa à saúde e à segurança do trabalho no setor, em especial o transporte de garis na parte externa dos caminhões de coleta de lixo;

nº 7.714/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater a PEC nº 287/2016, que trata da reforma da previdência social, em tramitação na Câmara dos Deputados;

nº 7.715/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizado debate público para discutir a PEC nº 287/2016, em tramitação na Câmara dos Deputados, conforme solicitação do movimento Todos contra a Reforma da Previdência e da Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social;

nº 7.716/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a PEC nº 287/2016, em tramitação na Câmara dos Deputados, conforme solicitação do movimento Todos contra a Reforma da Previdência e a Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social;

nº 7.717/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizado debate público sobre o Projeto de Lei nº 6.787/2016, que altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário;

nº 7.718/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizado debate público sobre a PEC nº 287/2016, em tramitação na Câmara dos Deputados, que altera os arts. 37, 40, 42, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências;

nº 7.719/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a lista das empresas que atuam na área de saneamento básico e que têm isenções fiscais do Estado;

nº 7.720/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizado debate público para discutir a PEC nº 287/2016, que prevê mudanças na previdência social;

nº 7.721/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos servidores da Prefeitura de Ribeirão das Neves que foram exonerados recentemente e não tiveram seus direitos garantidos;

nº 7.722/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.875/16;

nº 7.723/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizado debate público para discutir a situação do emprego na indústria e sua perspectiva no Estado e no País;

nº 7.724/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada reunião com convidados para debater sobre o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho, celebrado em 28 de abril;

nº 7.725/2017, da deputada Marília Campos e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as notas técnicas produzidas pelo Ministério Público do Trabalho com o posicionamento da instituição sobre proposições em tramitação no Congresso Nacional atinentes ao direito do trabalho, com vistas a contribuir para a efetiva realização de amplo debate sobre as iniciativas de reformas na legislação trabalhista;

nº 7.726/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública na Regional Metropolitana para debater a alteração na legislação trabalhista;

nº 7.727/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública na Regional das Vertentes para debater a alteração na legislação trabalhista;

nº 7.728/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública na Regional Central para debater a alteração na legislação trabalhista;

nº 7.729/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública na Regional Sul para debater a alteração na legislação trabalhista;

nº 7.730/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater alterações na legislação trabalhista;

nº 7.731/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública na Regional do Médio e Baixo Jequitinhonha para debater a alteração na legislação trabalhista;

nº 7.732/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública na Regional da Zona da Mata para debater a alteração na legislação trabalhista;

nº 7.733/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública na Regional Oeste para debater a alteração na legislação trabalhista;

nº 7.734/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública na Regional do Mucuri para debater a alteração na legislação trabalhista;

nº 7.735/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública na Regional do Alto Jequitinhonha para debater a alteração na legislação trabalhista;

nº 7.736/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública na Regional do Vale do Aço para debater a alteração na legislação trabalhista;

nº 7.737/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública na Regional do Caparaó para debater a alteração na legislação trabalhista;

nº 7.738/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública na Regional do Vale do Rio Doce para debater a alteração na legislação trabalhista;

nº 7.739/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública na Regional Noroeste de Minas para debater a alteração na legislação trabalhista;

nº 7.740/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública na Regional Sudoeste de Minas para debater a alteração na legislação trabalhista;

nº 7.741/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública na Regional do Triângulo Sul para debater a alteração na legislação trabalhista;

nº 7.742/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública na Regional Norte para debater a alteração na legislação trabalhista;

nº 7.743/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater as alterações na Previdência Social, contidas na PEC nº 287/2016;

nº 7.744/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja formulada manifestação de apoio e solidariedade ao Sr. Eduardo Guimarães, jornalista, em virtude da perseguição da qual foi vítima;

nº 7.745/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja formulada manifestação de apoio à União Nacional dos Estudantes – UNE – pela jornada que será realizada no dia 7/4/2017, contra a Reforma da Previdência e em defesa da educação;

nº 7.746/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública na Regional do Triângulo Norte para debater a alteração na legislação trabalhista.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 7.747/2017, do deputado Léo Portela, em que requer seja realizada reunião com convidados para debater as mudanças na Lei nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, propostas pelo Projeto de Lei Federal nº 5.850/16. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2017.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Geisa Teixeira – André Quintão – Coronel Piccinini.

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/3/2017

Às 15h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Guedes, Fred Costa e André Quintão (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Guedes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a dar posse ao vice-presidente. O presidente, deputado Paulo Guedes, declara empossado como vice-presidente o deputado Fred Costa. Em seguida, fixa o horário das reuniões ordinárias para as quintas-feiras, às 10h, no auditório. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2017.

Paulo Guedes, presidente – Elismar Prado – Fred Costa – Tadeu Martins Leite.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/3/2017

Às 16h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Jorge, Léo Portela e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente redesignou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 834/2015 (redistribuição), no 1º turno (deputado Dilzon Melo), Projeto de Lei nº 3.133/2015 (redistribuição), em turno único (deputado Gilberto Abramo), Projetos de Lei nºs 1.332/2015 (redistribuição), no 1º turno, e 3.806/2016 (redistribuição), em turno único (deputado Léo Portela), Projeto de Lei nº 3.796/2016 (redistribuição), em turno único (deputado Missionário Marcio Santiago). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.528/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.750/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Buritizeiro para debater o uso abusivo de bebidas alcoólicas e de outras drogas;

nº 7.751/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Mirabela para debater a estruturação da política sobre drogas no município;

nº 7.752/2017, do deputado Léo Portela, do deputado Antônio Jorge e do deputado Dilzon Melo, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Uberlândia para debater assuntos relacionados com o uso e o abuso de álcool e de outras drogas.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina essa fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2017.

Antônio Jorge – Léo Portela – Missionário Márcio Santiago.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/3/2017

Às 9h45min, comparece na Sala das Comissões o deputado Geraldo Pimenta, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Geraldo Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater o Projeto de Lei nº 3.312/2016, que "institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros empreendimentos e dá outras providências". Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Dirlene Trindade Marques, conselheira do Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, representando o Sr. Darci Frigo, presidente, Ana Cláudia da Silva Alexandre, defensora pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais da Defensoria Pública de Minas Gerais, e Aline Ruas, coordenadora estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens; e os Srs. André Sperling Prado, promotor de Justiça, coordenador da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social,

representando o Sr. Antônio Sérgio Tonet, procurador-geral do Ministério Público de Minas Gerais, Nilmário Miranda, secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Anderson Ferreira, superintendente de Coordenação e Representação Parlamentar, representando o Sr. Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga, presidente da Cemig, e Joceli Jaison José Andrioli, membro da Coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens. O presidente tece suas considerações iniciais e passa a palavra ao Sr. Joceli Jaison José Andrioli, membro da Coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens. Registra-se a presença dos deputados Doutor Jean Freire e Rogério Correa. O deputado Geraldo Pimenta passa a presidência dos trabalhos ao deputado Doutor Jean Freire, que tece suas considerações iniciais, concede a palavra ao deputado Rogério Correa e registra a presença da Sra. Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2017.

Rosângela Reis, presidente – Ione Pinheiro – Geraldo Pimenta.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 11/4/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 148/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral de Polícia Civil pedido de informações sobre a conclusão da Sindicância Administrativa nº 216.488/2014, instaurada contra o delegado de Polícia Civil Vinícius da Costa Miguel, e sobre as providências adotadas quanto a comentários postados pelo delegado nas redes sociais a respeito da ação parlamentar do deputado Sargento Rodrigues no que tange aos agentes penitenciários contratados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.284/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as expectativas de prosseguimento das obras da via de acesso ao aeroporto de Juiz de Fora, explicitando o cronograma de execução das obras e de repasses de recursos financeiros a esse município para fins de efetiva

finalização das obras do Hospital Regional de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.317/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Copasa Águas Minerais de Minas para concessão do envasamento de água mineral nos Municípios de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, acompanhado de pedido de envio de cópias do referido contrato, do distrato que culminou no seu rompimento e do novo contrato temporário, celebrado com a mesma empresa e para a mesma finalidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.318/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento pedido de informações que menciona sobre o Quadro de Pessoal do Estado em 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.384/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte pedido de informações sobre os dados que demonstram a existência da demanda de convocação de excedentes ao cargo de perito criminal, objeto do concurso público da Polícia Civil de Minas Gerais cujo edital é de 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.385/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a morte de Leonardo Diogo Pereira Pires, em consequência de descarga elétrica sofrida enquanto trabalhava em uma cerâmica na cidade de Araguari, conforme noticiado pelo vereador José Donizetti Luciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.408/2015, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os impactos do atraso na votação do Projeto de Lei nº 1.660/2015; sobre a quantidade de agentes de segurança prisional e de agentes socioeducativos demitidos em razão da impossibilidade legal de prorrogação de seu contrato; e sobre as unidades que ficarão sem servidores e a quantidade de servidores que serão demitidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.417/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Mães de Minas relativas ao seu andamento, às diretrizes atuais e ao número de gestantes e crianças cadastradas e acompanhadas por meio de sua central de atendimento telefônico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.419/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o total de recursos financeiros destinados à construção do hospital público regional da macrorregião de Divinópolis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.420/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o repasse de recursos financeiros ao Hospital São João de Deus, de Divinópolis, nos últimos oito anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.918/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, que requer seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre organograma de projeto a ser executado no Município de Jacutinga. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.330, que acrescenta o § 4º ao art. 15 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.331, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.394, que acrescenta parágrafo único ao art. 64 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.402, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Sebastião da Bela Vista o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2015, do deputado Douglas Melo, que obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor o acesso a informações sobre empreendimentos imobiliários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Desenvolvimento Econômico opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que proíbe os médicos dos hospitais da rede pública de saúde do Estado ou que recebam recursos públicos de recusar atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 11/4/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 5.640 a 5.644/2016, do deputado Cabo Júlio; 6.168/2016, da Comissão de Direitos Humanos; 6.631 e 6.633/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 6.634/2017, da Comissão de Administração Pública; 6.658/2017, do deputado Sargento Rodrigues; e 6.681/2017, do deputado Gustavo Santana.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/4/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 11/4/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 1.707/2015, do deputado Felipe Attiê; 1.949/2015, da Comissão de Direitos Humanos; 5.093/2016, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 5.935/2016, do deputado Douglas Melo; 6.271/2016, do deputado Leonídio Bouças; e 6.589, 6.592, 6.593 e 6.594/2017, do deputado Anselmo José Domingos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 11/4/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 771/2015, do deputado Gilberto Abramo; e 3.592/2016, do deputado Dirceu Ribeiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.652/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel; 6.657/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.677 e 6.678/2017, do deputado Ivair Nogueira; 6.696/2017, do deputado Bosco; e 6.723/2017, da deputada Marília Campos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 11/4/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 11/4/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 11/4/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 3.713 e 3.714/2016, do deputado João Vítor Xavier.

Requerimentos n°s 6.148/2016, do deputado Ivair Nogueira; e 6.557/2017, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 11/4/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Leandro Genaro, Durval Ângelo e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/4/2017, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o vice-presidente.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2017.

Cristiano Silveira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Leandro Genaro, Durval Ângelo e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/4/2017, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2017.

Cristiano Silveira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Bonifácio Mourão, Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 11/4/2017, às 17 horas, à Secretaria de Estado de Saúde, com a finalidade de debater questões da saúde pública no Estado.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2017.

Carlos Pimenta, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 10/4/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Adriano de Jesus Miranda, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Geisa Teixeira;

exonerando Adrielle Conceição de Souza, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;

exonerando Analia Charliane de Oliveira Meireles, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes;

exonerando Arnaldo Honorato Lourenço, padrão VL-35, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Rogério Correia;

exonerando Claudia Cristina Pampolini Barbosa, padrão VL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Celise Laviola;

exonerando Daiane Cristina dos Santos, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes;

exonerando Deyse Magalhães Silveira, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Jean Freire;

exonerando Douglas Eduardo Gomes, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Eli Alves Dornelas, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Felipe Bosco Reis, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Iran Barbosa;

exonerando Fernanda Cristina Athayde Braga, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marília Campos;

exonerando Fernando Ferreira Pires, padrão VL-11, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marília Campos;

exonerando Gelmaria Lopes Jardim Lima, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Jean Freire;

exonerando Gilsiléia Moreira do Nascimento Moura, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Greice Kelly de Oliveira Palmeira, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Jaqueline Adriane de Castro Gomes, padrão VL-51, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Lício César Lopes Oliveira, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes;

exonerando Lucas Figueiredo Nicolau, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Magno Rosa Nonato, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marília Campos;

exonerando Maria Lúcia de Azevedo, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Piter Miranda dos Santos, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;

exonerando Rúbia Aparecida de Oliveira, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;

exonerando Sofia Marta Salomão de Alvarenga, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

exonerando Tarcísio Gorete de Resende Andrade, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

exonerando Thiago Vinícius Ribeiro Barbosa, padrão VL-11, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;

exonerando Victor Campos Ferreira, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marília Campos;

nomeando Adriano de Jesus Miranda, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando Adrielle Conceição de Souza, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Aloizio Antunes Saraiva, padrão VL-14, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando Analia Charliane de Oliveira Meireles, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando Arnaldo Honorato Lourenço, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Carlos Mário Pereira, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite;

nomeando Daiane Cristina dos Santos, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando Deyse Magalhães Silveira, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Dorian Vaz, padrão VL-14, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando Ernane Dias Martins, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Felipe Bosco Reis, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Fernanda Cristina Athayde Braga, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Fernando Ferreira Pires, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Gabriel Correa Cordeiro, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Gelmaria Lopes Jardim Lima, padrão VL-52, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Gilmar de Jesus Silva, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Gilsilene Maria Mendes, padrão VL-14, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas

Melhor;

nomeando Henrique Sobrinho Betarelle, padrão VL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Celise Laviola;

nomeando Lício César Lopes Oliveira, padrão VL-20, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas

Melhor;

nomeando Magno Rosa Nonato, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Mateus Antônio Alves de Chagas, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco

Minas Melhor;

nomeando Piter Miranda dos Santos, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Rúbia Aparecida de Oliveira, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Thiago Vinícius Ribeiro Barbosa, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Vagner de Moraes Teixeira, padrão VL-37, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Inácio Franco;

nomeando Valter Justino dos Reis, padrão VL-10, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas

Melhor;

nomeando Vitor Pires Campos, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Wagner Martins Rosa, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Cultura;

nomeando Wanderley Rossi Júnior, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL

PROJETO ZÁS

EDITAL Nº 5/2017, DE 10 DE ABRIL DE 2017

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público o processo de seleção de propostas do Projeto Zás, a ser regido por este Edital, seus anexos e pela legislação aplicável.

O Projeto Zás tem por objetivo incentivar a diversidade de linguagens e manifestações das artes cênicas e da música popular e é composto de uma série anual de eventos do tipo espetáculos de música, teatro, dança, humor, entre outras apresentações, realizadas às sextas-feiras, às 12 horas, no Teatro da Assembleia.

O Projeto Zás também compõe a grade de programação da TV Assembleia, tendo as suas apresentações gravadas, editadas e transmitidas pela TV em formato de programa de entretenimento.

1. DA FINALIDADE

1.1 A finalidade deste edital é selecionar propostas de apresentações artísticas nas seguintes modalidades de inscrição:

I – Teatro ou contação de histórias ou *stand up* ou performance poética;

II – Dança;

III – *Show* de música, exceto música erudita.

2. DAS APRESENTAÇÕES

2.1 As apresentações artísticas citadas no item 1.1 terão as seguintes características:

I – apresentação única;

II – duração de 45 minutos, no mínimo, a 60 minutos, no máximo.

2.2 Os eventos citados no item 1.1 serão gravados, editados e transmitidos pela TV Assembleia.

2.3 Os eventos citados no item 1.1 ocorrerão de agosto a dezembro de 2017, sempre às sextas-feiras, às 12h, em data a ser agendada após processo seletivo.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão inscrever-se pessoas físicas ou jurídicas com propostas artísticas que preencham pelo menos um dos seguintes requisitos:

a) ser um trabalho autoral;

b) ser um trabalho inovador;

c) ser um trabalho independente.

3.2 Desde que atendam a um dos requisitos listados no item 3.1, as propostas de *shows* de música podem ser compostas tanto por repertório não-autoral quanto autoral, em qualquer proporção.

3.3 Uma mesma pessoa (física ou jurídica) poderá inscrever-se com mais de uma proposta, no entanto não será contemplada mais de uma proposta de um mesmo proponente.

3.4 Não poderão participar como proponentes do processo seletivo os membros da Comissão Organizadora e da Comissão Avaliadora.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições, gratuitas, estarão abertas no período de 2 a 19 de maio de 2017.

4.2 O processo de inscrição consiste na entrega da proposta do trabalho do artista ou grupo a ser avaliada neste processo seletivo.

4.3 As propostas deverão ser encaminhadas pessoalmente, das 8h às 18h, ou via Sedex com Aviso de Recebimento para:

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Espaço Político-Cultural

Rua Rodrigues Caldas, 30 – Térreo – Bairro Santo Agostinho

CEP 30190-921

Belo Horizonte – Minas Gerais

4.4 As inscrições recebidas presencialmente contarão com protocolo de recebimento ao inscrito. No caso das inscrições recebidas via Correios, o Aviso de Recebimento será considerado como protocolo.

4.5 Para as propostas enviadas via Sedex, será considerada a data da postagem, não se aceitando, em hipótese alguma, inscrições fora do prazo.

4.6 Para efeito de inscrição, a proposta deverá ser entregue em envelope lacrado e devidamente identificado, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres, com o preenchimento das informações solicitadas:

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL EDITAL PROJETO ZÁS, Nº 5/2017, DE 10 DE ABRIL DE 2017 <input type="checkbox"/> Espetáculo na modalidade teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética <input type="checkbox"/> Espetáculo na modalidade dança <input type="checkbox"/> Espetáculo na modalidade <i>show</i> de música
--

TÍTULO DA PROPOSTA:
NOME DO RESPONSÁVEL OU REPRESENTANTE LEGAL:

5. DA PROPOSTA

5.1 Para todas as modalidades de inscrição, os documentos e itens abaixo listados deverão ser enviados em suporte digital (CD ou DVD), no envelope referido no item 4.6 deste edital:

I – Ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada pelo responsável (em se tratando de pessoa física) ou representante legal (em se tratando de pessoa jurídica) (Anexo I);

II – Cópia da carteira de identidade e do CPF do responsável (em se tratando de pessoa física) ou representante legal (em se tratando de pessoa jurídica);

III – Ficha técnica contendo nome, identidade e função de cada integrante técnico e artístico (Anexo II);

IV – Sinopse do espetáculo em até 6 (seis) linhas;

V – *Release*;

VI – Fotos digitais do artista ou grupo em alta definição para divulgação interna e externa, conforme especificações descritas no Anexo IV;

VII – Havendo cenário e/ou figurino, incluir foto, desenho ou croqui que os representem (com especificação das dimensões do cenário);

VIII – Proposta de mapa de palco compatível com as dimensões do Teatro da Assembleia, constantes do Anexo III.

5.2 Para proposta na modalidade teatro ou contação de histórias ou *stand-up* ou performance poética ou dança, o envelope deverá conter ainda cópia do texto e/ou roteiro.

5.3 Para propostas na modalidade *show* de música, o envelope deverá conter, ainda:

I – CD do artista ou banda proponente;

II – DVD ou endereço de vídeos disponíveis na internet, limitados a dez, se houver;

III – Roteiro musical com autoria.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1 A fase de habilitação terá caráter eliminatório e será realizada pela Comissão Organizadora, composta por 3 (três) representantes da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

6.2 A composição da Comissão Organizadora será publicada no Diário do Legislativo e no Portal da Assembleia (www.almg.gov.br/almg_cultural) antes do início do prazo para inscrições deste edital.

6.3 A fase de habilitação consistirá na análise das informações e documentação enviadas no processo de inscrição, observando-se os seguintes critérios:

a) Entrega do envelope contendo todos os documentos e itens solicitados neste edital;

b) Preenchimento integral e legível das informações solicitadas na ficha de inscrição;

c) Adequação da proposta ao espaço disponibilizado pela ALMG (teatro, camarins, etc), conforme especificações do Anexo

III.

6.4 O resultado da fase de habilitação será publicado no Diário do Legislativo e no Portal da Assembleia (www.almg.gov.br/almg_cultural).

6.5 O proponente não habilitado poderá interpor recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da publicação no Diário do Legislativo do resultado da fase de habilitação.

6.6 O recurso deverá ser entregue em envelope lacrado e devidamente identificado, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres, com o preenchimento das informações solicitadas:

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL
EDITAL PROJETO ZÁS, Nº 5/2017, DE 10 DE ABRIL DE 2017
RECURSO – HABILITAÇÃO
TÍTULO DA PROPOSTA:
NOME DO RESPONSÁVEL OU REPRESENTANTE LEGAL:

6.7 O recurso poderá ser entregue pessoalmente ou via SEDEX, conforme orientações constantes do item 4.3.

6.8 O resultado dos recursos e o resultado final da fase de habilitação serão publicados no Diário do Legislativo e no Portal da Assembleia (www.almg.gov.br/almg_cultural).

7. DA SELEÇÃO

7.1 Esta fase terá caráter eliminatório e classificatório e será realizada por Comissão Avaliadora, composta por 6 (seis) a 9 (nove) membros, tendo representante(s) de área técnica da ALMG com trabalhos ligados à cultura e representante(s) de notório saber, de acordo com as modalidades de inscrição.

7.2 A composição da Comissão Avaliadora será publicada no Diário do Legislativo e no Portal da Assembleia (www.almg.gov.br/almg_cultural) antes do fim do prazo para inscrições deste edital.

7.3 A Comissão Organizadora é responsável pela compilação das notas atribuídas pelos membros da Comissão Avaliadora, com a finalidade de julgamento e classificação das propostas.

7.4 Serão reprovadas as propostas que obtiverem aproveitamento inferior a 60% (sessenta por cento) do total da pontuação atribuída pela Comissão Avaliadora.

7.5 Serão convocadas para apresentação no projeto Zás até 13 propostas, conforme ordem de classificação e disponibilidade de datas no Teatro da Assembleia.

7.6 A aprovação e classificação não obrigam a convocação para apresentação por parte da Assembleia Legislativa.

7.7 Para as modalidades teatro, contação de histórias, *stand up*, performance poética e dança, os membros da Comissão Avaliadora obedecerão aos seguintes critérios para avaliação das propostas:

- I – Dramaturgia: texto, roteiro ou proposta dramática (Peso 2);
- II – Cenotécnica: cenário, figurinos, adereços, iluminação, entre outros (Peso 1);
- III – Autoralidade (Peso 1);
- IV – Inovação (Peso 1).

7.8 Para *shows* de música, os membros da Comissão Avaliadora obedecerão aos seguintes critérios para avaliação das propostas:

- I – Conceito do *show*: repertório, roteiro do *show* e performance vocal, instrumental e cênica (Peso 2);
- II – Autoralidade (Peso 1);
- III – Inovação (Peso 1).

7.9 As propostas serão avaliadas relativamente aos critérios supracitados graduados em uma escala de pontuação de 1 a 10, sendo que a nota mínima, 1, deverá ser atribuída ao critério que menos se adequar aos objetivos expostos neste edital, e a nota máxima, 10, àquele que melhor se adequar.

7.10 As propostas selecionadas ficarão na coordenação do Espaço Político-Cultural até a realização de cada evento, quando serão devolvidas.

7.11 O resultado final da fase de seleção será publicado no Diário do Legislativo e no Portal da Assembleia (www.almg.gov.br/almg_cultural).

8. OBRIGAÇÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

8.1 Publicar o resultado do processo seletivo.

8.2 Convocar os selecionados para assinatura de contrato e criar a programação anual de apresentações a partir do agendamento com os convocados.

8.3 Divulgar o Projeto Zás por meio da assessoria de comunicação da Assembleia e de suas mídias institucionais (TV, Rádio, Portal, Intranet, Redes Sociais).

8.4 Realizar a produção, gravação, edição e transmissão das apresentações pela TV Assembleia – ressalvados os casos de ocorrência de problemas técnicos que inviabilizem o cumprimento desta obrigação.

8.5 Fornecer cópia do material audiovisual produzido ao artista ou grupo – ressalvados os casos de ocorrência de problemas técnicos que inviabilizem o cumprimento desta obrigação.

8.6 Realizar o pagamento pela apresentação do espetáculo cuja proposta for convocada, em até 15 dias úteis após a conferência e aprovação da documentação exigida entregue, retendo os tributos legais cabíveis.

9. OBRIGAÇÕES DO ARTISTA OU GRUPO SELECIONADO

9.1 Apresentar, em até 15 dias corridos após a apresentação do espetáculo, os documentos exigidos ao andamento do processo de pagamento por parte da ALMG, quais sejam:

a) ficha cadastral preenchida e assinada (conforme modelo a ser fornecido pela ALMG);

b) no caso de pessoa física, cadastro do responsável no e-social;

c) no caso de pessoa jurídica, cópia de Certidão Negativa de Débitos – CND – válida por no mínimo 30 dias a partir da data de apresentação, disponível em <https://goo.gl/F1l60C>, e cópia do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, disponível em <https://goo.gl/C7C6>.

9.2 Emitir os documentos referidos no item 9.1, c, no mês de realização da apresentação artística.

9.3 Assinar o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz em favor da ALMG.

9.4 Assinar o contrato conforme modelo da ALMG.

9.5 Comparecer ao Teatro da Assembleia com a antecedência determinada pelo gestor do projeto Zás para as providências necessárias à montagem do espetáculo.

9.6 Realizar a apresentação nos dias e horários agendados com o gestor do projeto Zás.

9.7 Preencher e assinar o Recibo de Pagamento a Autônomo (conforme modelo a ser fornecido pela ALMG) no dia da apresentação, no caso de pessoa física.

9.8 Emitir Nota Fiscal após a realização da apresentação, no caso de pessoa jurídica.

9.9 Manter todos os dados cadastrais permanentemente atualizados junto à coordenação do Espaço Político-Cultural da ALMG.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 As apresentações a serem realizadas deverão ser as constantes na proposta inscrita, obrigatoriamente.

10.2 O pagamento referido no item 8.6 corresponde a 2,33 vezes o índice básico a que se refere o art. 5º da Lei nº 16.833, de 2007 (valor bruto que totaliza, na data corrente, R\$ 1.501,49).

10.3 O ato de inscrição implica a aceitação integral deste edital e das normas de funcionamento descritas na Deliberação nº 2.545/2012.

10.4 O Edital completo e seus anexos podem ser acessados pelo Portal da Assembleia (www.almg.gov.br/almg_cultural).

10.5 Esclarecimentos sobre o presente edital podem ser obtidos junto à Gerência de Relações Institucionais, pelos telefones (31) 2108-7303 e (31) 2108-7305, pelo e-mail selecao.cultural@almg.gov.br ou pelo Portal da Assembleia (www.almg.gov.br/almg_cultural).

10.6 As datas de realização dos eventos poderão ser alteradas, unilateralmente, pela ALMG, mediante comunicação expressa ao artista.

10.7 As propostas não habilitadas ou reprovadas deverão ser retiradas na coordenação do Espaço Político-Cultural no prazo máximo de 30 dias a contar da publicação do resultado final. Após esse período, elas serão descartadas.

10.8 Fazem parte deste edital os seguintes anexos, publicados no Portal da Assembleia (www.almg.gov.br/almg_cultural/):

Anexo I – Ficha de Inscrição

Anexo II – Ficha Técnica

Anexo III – Especificações técnicas do Teatro da Assembleia

Anexo IV – Especificações para as fotos

Anexo V – Normas gerais de utilização (Deliberação nº 2.545/2012)

10.9 A ALMG poderá retificar, revogar ou cancelar este edital a qualquer momento, devendo dar publicidade a tal decisão.

Belo Horizonte, 10 de abril de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva

Diretor-Geral

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL

PROJETO OCUPAÇÕES ARTÍSTICAS – GALERIA DE ARTE

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado dos recursos e o resultado final, conforme o edital Projeto Ocupações Artísticas – Galeria de Arte da Assembleia, nº 1/2017, publicado no *Diário do Legislativo* de 14 de janeiro de 2017.

RESULTADO DOS RECURSOS – FASE DE HABILITAÇÃO

Os inscritos Wagner Cardoso e Silvio Tullio Piló, cujas propostas não foram habilitadas, não apresentaram recurso.

RESULTADO FINAL – FASE DE CLASSIFICAÇÃO

INSCRITO	CLASSIFICAÇÃO
Aline de Almeida Guerra	27º
Andréa Gregorio	17º
Andréa Sales Goulart	21º
Ângelo Vinícius Ferreira de Andrade	26º
Coletivo Lixo Zero	13º
Décio Alves Ribeiro Júnior	30º

Edna Maria de Almeida Araújo	9º
Elmo Sebastião de Paula Gomes	31º
Evelyn Zajdenweg	14º
Flávia Spotto Peixoto	7º
Francisco L. Costa	1º
Gui Tarcísio Mazzoni Júnior	4º
Helena Maria de Aparecida Rodrigues	15º
Itamara dos Santos Ribeiro	2º
Jonas Henrique da Silva Modesto	28º
José Ferreira Resende	22º
José Luiz de Souza Paim Moreira	16º
Laércio Sanches Guidio	29º
Leir Barbosa Monteiro	8º
Leticia Pinto de Oliveira	11º
Magno Perez Rodrigues	6º
Márcia Maria de Paiva Borges Martini	23º
Marcos Paulo do Espírito Santo	5º
Maria das Graças Evangelista Neri	25º
Paulo Cordeiro de Faria	18º
Rafael Cerqueira Braga	24º
Ricardo Bastos Machado	19º
Rosilene Aparecida de Souza	20º
Sérgio Augusto Medeiros	3º
Simone Zanol	12º
Thiago Brito Valle	10º

Belo Horizonte, 10 de abril de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL

PROJETO OCUPAÇÕES ARTÍSTICAS – TEATRO DA ASSEMBLEIA

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado dos recursos e o resultado final, conforme o edital Projeto Ocupações Artísticas – Teatro da Assembleia, nº 2/2017, publicado no *Diário do Legislativo* de 14 de janeiro de 2017.

RESULTADO DOS RECURSOS – FASE DE HABILITAÇÃO

PROPOSTA	MODALIDADE	SITUAÇÃO
A vaquinha Lelé	Teatro Infantil	DEFERIDO
Acústico: As histórias que a música conta	Teatro Adulto	DEFERIDO
Belatrix	Teatro Adulto	DEFERIDO
Churrasco na laje	Teatro Adulto	DEFERIDO
Memórias de Ana	Teatro Adulto	DEFERIDO

As propostas não habilitadas Concerto para bebês, Conecto apresenta o *show: night club*, Os 4 atos do rei e Tchibum não apresentaram recurso.

RESULTADO FINAL – FASE DE CLASSIFICAÇÃO

ARTES CÊNICAS

PROPOSTA	MODALIDADE	CLASSIFICAÇÃO
Uma aventura congelante – Vamos brincar na neve	Teatro Infantil	19º

A Liga da Justiça VS Coringa	Teatro Infantil	18°
A morte bate à sua porta (como se livrar “dela”)	Teatro Adulto	10°
A vaquinha Lelé	Teatro Infantil	5°
Acústico: As histórias que a música conta	Teatro Adulto	20°
Belatrix	Teatro Adulto	3°
Camille Claudel	Performance	2°
Churrasco na laje	Teatro Adulto	9°
Jojô e Palito em: Belô meu amor	Teatro Infantil	4°
Jojô e Palito em: Chapeuzinho Vermelho	Teatro Infantil	11°
Memórias de Ana	Teatro Adulto	12°
Minha mãe é uma comédia!	Teatro Adulto	13°
O menino mais rico do mundo	Teatro Infantil	1°
O sorriso do palhaço	Teatro Infantil	17°
Os 3 porquinhos	Teatro Infantil	15°
Os homens querem casar, e as mulheres querem sexo	Teatro Adulto	8°
Pinóquio	Teatro Infantil	7°
Saada Talibah – Ventre sagrado	Dança	16°
Todomundo	Teatro Adulto	6°
Trago o seu amor de volta com uma indireta no Facebook	Teatro Adulto	14°

SHOWS DE MÚSICA

PROPOSTA	MODALIDADE	CLASSIFICAÇÃO
30 primaveras do Coral Arte e Canto de Contagem	Música	6°
Aliança Americana – Grupo Alianza Música y Canto Latino Americano	Música	2°
Renato Enoch – “Antes de Chegar”	Música	3°
Show do EP “Claraboia” – Lamparina e a primavera	Música	4°
Vem pro baile – Grupo Cultural Processo Hip Hop	Música	1°
Vicentina Brant – lançamento do Cd “Que bem me faz”	Música	5°

Belo Horizonte, 10 de abril de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATA

PROJETO DE LEI Nº 4.154/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 8/4/2017, na pág. 40, no despacho, onde se lê:

“– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, do Trabalho e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.”, leia-se:

“– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, do Trabalho, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.”.